

## **O IMPERIALCAPITALISMO E A “GLOBALIZAÇÃO”: PARA UMA ABORDAGEM DO IMPERIALISMO DOS SÉCULOS XX/XXI (PRIMEIRA GERAÇÃO)**

*José Rubens Mascarenhas de Almeida*  
Docente do Programa do PPGMLS/UESB  
joserubensmascarenhas@yahoo.com.br

### **Resumo**

Ainda que se trate de um fenômeno de há quase século e meio, a abordagem do imperialcapitalismo continua a ser um empreendimento ousado e polêmica, por constituir-se, ainda hoje, um tema complexo e em trânsito num terreno ideologicamente movediço. Pela importante categoria em que se constituiu para a compreensão do sistema capitalista moderno e contemporâneo, tornou-se um centro de gravitação a atrair interpretações diversas. Este artigo intenta contribuir nesse debate aparentemente anacrônico, mas vívido, buscando traçar os fios da construção teórico-analítica do conceito num enfoque conceitual e histórico a partir do referencial aqui sistematizado e definido por “primeira geração” de pensadores que contribuíram para tal processo no início do século XX.

**Palavras-chave:** imperialismo, globalização, imperialcapitalismo

### **Abstract**

Although it is a phenomenon for nearly a century and a half, the approach of imperial capitalism remains to be a bold and controversial, constitute for themselves, even today, a theme complex and transits through an ideologically shaky ground. For the important category in which it was to understand the contemporary and modern capitalist system, has become a center of gravity to attract different interpretations. This article intends to contribute to this debate seem anachronistic, but vivid, seeking to trace the strands of the theoretical-analytical approach of the concept in a conceptual and historical references from the systematic and defined here as "first generation" of thinkers who contributed to this process at the beginning twentieth century.

**Keywords:** imperialism, globalization, imperialcapitalism

O alvorecer do século XXI foi saudado pelo retorno a um velho debate que remontou inícios do século XX. Referimo-nos à obra de duas provocadoras personagens responsáveis pela revisita ao imperialismo: Michael Hardt e Antonio Negri (Império,

2001). Paradoxal arquitetura acerca do imperialismo, a publicação causou frissons na mídia mundial, assim como nos espaços políticos e acadêmicos num instigante retorno ao tema, já ofuscado pelo modismo globalizacionista. A densa obra chamou a atenção principalmente pela profícua e abundante crítica que lhe seguiu. Mas, por mais que os autores de “Império” tenham apresentado dissonâncias de caráter diverso – muitas vezes equivocados, como o indicou Borón (2002) – acabou por provocar um retorno à secular discussão acerca do imperialcapitalismo. Não sendo propósito deste trabalho se ocupar de tal polêmica, sigamos na trilha dos percalços e percursos da categoria imperialismo sob a ótica do que aqui denominamos Primeira Geração de pensadores.

Propor tal abordagem nesses tempos “globalizacionistas” pode representar um ato complexo pelo agravante de tratar-se de um fenômeno que coincide com a biografia de nosso tempo que, no entendimento de Hobsbawm (1995), encerrava nos idos dos anos 1990. A empreitada proposta é mais presunçosa ainda por entendermos que a biografia do século XX não se encerra na circunscrição prognosticada por nosso grande historiador, indo até os dias de hoje. Assim, a tarefa de levar a cabo tal empreendimento, pensamos, implica lançar mão de uma disciplina de análise histórico-analítica contextualizada capaz de traçar uma ponte entre os aspectos socioculturais e político-econômicos do fenômeno em questão. Para tanto elegemos, como referencial teórico-metodológico, o Materialismo Histórico, com o intuito de explicitar as vinculações do elemento estudado com a sua realidade concreta. No percurso, elegemos categorias analíticas julgadas indispensáveis à constituição do conceito de imperialcapitalismo, ponderando, do ponto de vista teórico-analítico, uma aproximação do objeto sob o prisma dos enfoques de formuladores que se detiveram nos estudos do imperialismo no primeiro quartel do século XX até a contemporaneidade. Nesse sentido, dividimos tal trajetória em três etapas históricas e nomeamos as contribuições que se destacaram nesse processo em gerações, de forma a coincidir com as etapas do desenvolvimento conceitual tanto quanto do fenômeno em sua historicidade, entendendo que é impossível separar a compreensão do objeto que se estuda do próprio fazer teórico. Neste artigo, por questões óbvias, não enfocaremos a problemática geral, mas nos restringiremos, sucintamente, à abordagem da primeira geração.

Da primeira geração de pensadores que contribuíram para a construção da categoria analítica imperialismo, sem sombra de dúvidas o ponto de partida é John Atkinson Hobson. Ina que mesmo não se inscrevesse na tradição marxista, influenciou cientistas sociais desta escola, como Lênin, Hilferding, Kautsky, Trotsky, Rosa

Luxemburgo e Bukhárin, passagens obrigatórias na construção da categoria imperialismo, compondo o rol dos que aqui nomeamos “primeira geração”.

O imperialismo moderno, por suas características intrínsecas, impunha grandes novidades, marcadas por um distanciamento das práticas competitivas do *laissez faire* e pela aproximação da competitividade industrial capitalista entre as grandes nações, sob o signo do capital financeiro e das grandes corporações.

Surgido na Inglaterra por volta dos anos 70 do século XIX, o termo imperialismo só passou a constar do vocabulário político e jornalístico europeu nos anos 90 daquele século (HOBSBAWM, 1988, p. 92), sendo amplamente usado para glorificar o expansionismo britânico do período. À época, tanto conservadores quanto liberais concordavam na justeza e na necessidade da sociedade britânica em relação ao imperialismo, dando a sua cota de contribuição ‘civilizacional’ ao mundo que desconhecia os benefícios de uma sociedade ordenada naquela racionalidade. É nesse sentido, que a versão rhodesiana de imperialismo social é bastante eloquente, afirmando que era preferível agredir um país “atrasado” a ter que enfrentar uma guerra civil no seio do próprio império (acerca ver LÊNIN, 1986, p. 634). Para a burguesia de então, o imperialismo consistia numa imposição social.

Porém, se por um lado Rhodes oportunistamente se equivocara quanto às causas da fome dos desempregados britânicos sob o capitalismo, assim como ao atribuir a necessidade da guerra a motivos populacionais (como o criticava Hobson) – o que pode ser compreendido pela conjuntura em que viveu – acertava no que se referia ao imperativo capitalista: a ação imperialista era uma necessária atividade concentradora de capitais no processo de acumulação sistêmica por representar a abertura de mercados como fator antidepressivo industrial e atenuador dos efeitos das crises econômicas.

No contexto rhodesiano, as concepções que se tinha de imperialismo partiam de preceitos sociológicos muitas vezes questionáveis, pautando-se em pressupostos mais empíricos que científicos, envolvendo desde atribuições a questões políticas e militares até às morais. Assim, a prática imperialista buscava justificação, principalmente, por uma suposta contribuição na melhoria das condições das ‘raças inferiores’, como uma responsabilidade do homem branco (Inglaterra); da empresa civilizatória inglesa que levou à fundação das 13 Colônias; até da doutrina do Destino Manifesto (Inglaterra, França e EUA).

### **Hobson: o empedernido idealista**

A primeira tentativa de abordagem crítica e sistemática do imperialismo, em sua acepção moderna, foi realizada por Hobson. Escreveu *Estudio del imperialismo* (publicado em 1902), contribuição teórico-analítica de um dos mais importantes pilares da acumulação, concentração e centralização capitalistas no âmbito das relações internacionais: os monopólios.

Em linhas gerais, a leitura hobsoniana tinha origem no debate social-reformista fabiano travado no seio do protestantismo inglês. O posicionamento de Hobson compunha uma crítica mais geral do liberalismo que atribuía à economia a responsabilidade da promoção do bem-estar geral da sociedade, de modo que pregava reformas na economia capitalista, com o intuito de humanizá-la. Para ele, a motivação fundamental do imperialismo, diferentemente das concepções então em voga, era a econômica, embora não se encerrasse somente nesta.

Sendo o principal crítico britânico da Guerra dos Boers, seu posicionamento expressou uma contundente crítica ao imperialismo, para quem os argumentos justificadores da expansão imperial britânica não se sustentavam se expostos a uma análise sistemática. Assim, a justificativa da ação imperialista como saída para o suposto excesso populacional da Inglaterra, fundada na teoria de Thomas Malthus (1776-1834), deveria ser negada por diversos motivos: não havia estudos científicos que provassem que o número de habitantes crescia mais que os meios de sua subsistência; a emigração não representava um percentual alto da população, tendo diminuído perceptivelmente durante os anos de expansão econômica; e, por último, porque, “como criador de emprego, o novo imperialismo é um fator insignificante” (1981, p. 58), não se tratando de uma atividade lucrativa para a economia inglesa. Mas, se perguntava Hobson, se o novo imperialismo era, na realidade, um mau negócio para o conjunto da Inglaterra, por que esta levava a cabo tão pesado e custoso fardo? Sua resposta apontava para interesses econômicos de determinados “grupos privados que usurpam o controle dos recursos nacionais e os utilizam para seu benefício pessoal” (HOBSON, 1981, p. 65). Esses grupos a que se referia, eram os industriais (do ramo bélico), comerciantes, exportadores, detentores do capital financeiro, profissionais (diplomatas, pessoal da marinha, do exército e da aeronáutica), denominados por ele parasitas econômicos.

Ao referir-se às grandes corporações capitalistas, dizia que elas se beneficiavam da expansão imperial britânica para exportar o excedente de capital poupado que não podia mais ser investido lucrativamente no próprio país, onde o consumo não mais

atendia à capacidade produtiva atingida pelas indústrias com os incrementos técnicos empregados. Sua percepção já dava conta de uma incompatibilidade entre a produção e o consumo na sociedade britânica de então, entendendo que não havia demanda que garantisse a realização do excedente de sua produção de forma rentável, evidenciando-se, assim, uma crise de “subconsumo”, ou de “superprodução”. Assim, atribuía à ação imperialista a necessidade prática de realização dos lucros que não podiam ser auferidos no interior da sociedade inglesa. Daí concluir que as grandes corporações apelavam para o imperialismo como forma de realização da sua produção, fomentando mercados em sociedades nas quais as relações capitalistas ainda não haviam se desenvolvido.

Nessa perspectiva, o novo imperialismo era uma saída equivocada da condição subconsumista em que se encontrava a Grã-Bretanha, pelo simples fato de que o problema do subconsumo exigia uma solução economicamente racional e não a adoção de uma política cujos rendimentos não compensavam os custos. Para ele, a solução para o problema apresentado seria a implementação de reformas sociais capazes de melhor distribuir as riquezas, contornando, deste modo, o modelo de acumulação adotado por seu país, que, concentrador de capitais, provocava, conseqüentemente, uma má distribuição de rendas. Isso levava, fatalmente, à incapacidade das massas consumirem no mesmo ritmo em que a sociedade produzia, levando a indústria a diminuir a produção, provocando desemprego, estancamento e depressão econômica.

Apesar da aparente ingenuidade do diagnóstico – a história o mostraria – Hobson conseguiu perceber a concentração da produção nas mãos de grandes empresas cuja pujança demarcava o ritmo mundial da acumulação capitalista, dominando ramos industriais inteiros. Percebeu que as grandes companhias – para ele o fator mais importante do imperialismo – exigiam do Estado medidas de segurança no exterior para as suas inversões. Entendeu que a dívida pública contraída pelo Estado com o fito de inversão nas colônias e protetorados britânicos, representava, em sua maior parte, empréstimos para aplicação em infraestrutura, servindo de fomento aos proprietários do grande capital. Por extensão, apreendia daí que as instituições estatais – destaque para as forças armadas – eram, por convicção e por conveniência, imperialistas, inclusive porque tudo o que dizia respeito à ampliação do exército, da marinha ou da aeronáutica supunha o fortalecimento do poder político das grandes corporações (1981, p. 69). Nesse processo, o imperialismo era uma anomalia, certamente superável, do capitalismo em seu processo ‘civilizatório’, constituindo-se mera política de Estado. Esta instituição, por sua vez, era a representante dos interesses do grande capital parasitário,

sendo corresponsável no processo de transferência de renda e centralização capitalista.

Apesar das limitações das formulações de Hobson, como teórico suas formulações subsidiaram livre-pensantes, estudiosos e críticos do sistema capitalista, economistas, cientistas sociais e políticos que se interessaram pelo tema, apropriando-se de suas análises. Suas apreciações acerca da categoria monopólio, juntamente com as formulações hilferdingianas acerca do capital financeiro, caracterizaram-se como os primeiros – e fundamentais – passos no sentido de uma formulação conceitual realmente científica do imperialismo moderno.

### **A escola neomarxista**

Quando, no último quartel do século XIX, a sociedade ocidental passava por uma reestruturação capitalista provocada por uma crise sistêmica de grandes proporções, o termo imperialismo ainda continuava impreciso, permeado de conotação positivista, não havendo sido sistematizado e consubstanciado dos preceitos econômicos que viria a ter. Foi sob o olhar de formuladores da escola neomarxista de início do século XX (destaque para Otto Bauer, Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburg, Kautsky e Bukhárin), que a busca por compreensão das relações internacionais caracterizadoras daqueles tempos vislumbrou novos horizontes. O fruto desses olhares traduziu-se num modelo teórico cujos traços mais gerais apontaram o imperialismo como produto da necessidade das economias centrais do capitalismo em absorver sua produção no âmbito interno sem sofrer uma pressão decrescente da taxa de lucros da burguesia. Segundo esse modelo, a ferrenha busca por espaços teria gerado atritos entre as nações centrais do capitalismo que culminaram em contendas interimperialistas envolvendo quase todo o planeta.

### **Hilferding: O imperialismo como política central do capital financeiro**

Quando Hilferding escreveu *O capital financeiro*, a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista já havia se consolidado. Nesse contexto, diferentemente da luta competitiva, onde antes existia uma “concentração de propriedade sem concentração de empresas, sucede agora na indústria uma concentração de empresas sem concentração de propriedades, expressão patente de que, cada vez mais, a função da propriedade é desligada da função da produção”

(HILFERDING, 1985, pp. 191-195). Esse novo ciclo inverteu a situação, e a mediação desse processo significou para os bancos: primeiro, maior segurança nos investimentos de seu capital; e, segundo, possibilidade de transações rendosas, assumindo sua condição de instituição financeira por excelência.

Segundo o autor, o capitalismo do início do século XX tinha particularidades, como o grau de concentração atingido pela produção industrial que, ao encetar um incremento tecnológico, acabou elevando a composição orgânica do capital, alterando a sua proporção constante em detrimento da variável. Concebendo que, tecnicamente, a elevação da composição orgânica do capital supõe a melhoria da mecanização – cujo salto tecnológico implica, por sua vez, a ampliação e o aumento da complexidade da maquinaria; e que, dentro do primeiro (capital constante), a parcela de capital fixo cresce mais velozmente que a circulante, tal fato sugere a aplicação de investimentos cada vez maiores para qualquer empresa que queira implantar ou ampliar um determinado ramo da produção. Daí a indústria necessitar, cada vez mais, de maiores volumes de capital líquido para investimento no processo produtivo, criando, ao mesmo tempo e no mesmo ritmo, o imperativo de desdobramentos técnicos posteriores que envolvem cada vez mais um maior investimento de capital constante. Tal processo, inevitável e paralelamente, leva à queda na taxa de lucros e ao aumento da dependência da indústria em relação aos bancos.

Se os formuladores da economia política que se dedicaram a estudar o fenômeno imperialista adversamente partiram das premissas marxianas, não foi diferente com Hilferding. Quando lançou *O capital financeiro* seus aportes basearam-se nas análises de Marx (especialmente no que se refere ao ciclo do capital e a seu tempo de rotação), atualizando a teoria marxista no que respeita a uma análise do crédito, das sociedades anônimas por ações, do aumento da importância e influência dos bancos, dos cartéis e trustes na economia capitalista.

A preocupação que acompanhou Hilferding na construção da categoria *imperialismo* dizia respeito ao papel dos bancos como uma das principais particularidades do capitalismo de novo tipo (monopólico). Somente depois de acercar-se às questões do dinheiro e do crédito é que ele passou à abordagem dos principais temas de seu estudo: a concentração e a centralização do capital, cujo desfecho o levou aos grandes conglomerados. Assim, o imperialismo moderno, na concepção hilferdinguiana, constitui-se uma necessária política do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo em sua luta pela concentração/centralização de capitais

designados a gerar o mais-valor no exterior, estabelecendo o processo de mundialização capitalista. Por meio da exportação de capitais é possível aos grandes conglomerados superar os entraves que representa o protecionismo sobre a taxa de lucro. Em síntese, para Hilferding (1985, p. 306), o capital financeiro<sup>1</sup> se expandia mesmo quando do estabelecimento da crise, organizando-se através da imposição de uma política fundamentada em três objetivos: criação de território econômico; afastamento da concorrência estrangeira através do protecionismo; e conversão do território econômico em área de exploração dos monopólios nacionais.

Hilferding chegara à conclusão de que o surgimento das empresas monopolistas do setor industrial era fruto da concentração e centralização capitalistas que, impulsionadas pela ascensão de um moderno sistema de crédito concentrara nas mãos dos bancos as poupanças de toda a sociedade; que a fusão dos dois capitais (industrial e bancário) foi o resultado da falta de fontes de financiamento das empresas monopolistas em sua necessidade de vultosos investimentos que o mercado impunha no incremento do processo produtivo. No entender de Hilferding, este processo implicou recursos volumosos que só os bancos – não mais na condição de modestas empresas mediadoras, mas monopolistas do capital financeiro – dispunham, através da realização do ciclo de capital monetário individual pelo crédito. Assim, o que explica, no decurso do desenvolvimento do sistema capitalista, a cessão de espaço da fração burguesa industrial ao domínio da fração financeira é o surgimento do capital financeiro, que passou a impor suas condições no processo de concentração/centralização capitalista. O surgimento do capital financeiro equivaleria ao impulso no sentido de desenvolvimento de outros monopólios, na medida em que, por imposição destes, o capital bancário controlava a concorrência.

Nesse processo, por motivos óbvios, o papel do Estado foi essencial, dizendo respeito: primeiro, à aquisição das – e manutenção do controle sobre – zonas anexadas; segundo, pela essencialidade do poder político tanto na luta competitiva de caráter econômico, quanto na extração do lucro do capital financeiro. Estas características teriam facultado ao capital uma concentração cada vez mais predominantemente internacional (HILFERDING, 1985, pp. 288-291). Nesse sentido, é apenas aparente a contradição de interesses que se esboça no interior da classe burguesa entre suas frações industrial e financeira. É ilusória, como o é a pretensa autonomia entre os capitais

---

<sup>1</sup> Afirmava Hilferding: “Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial” (1985, p. 219).



monetário, produtivo e na forma mercadoria, já que a historicidade do processo de concentração do capital industrial combina com o movimento homólogo do capital bancário, numa coincidência que não se faz por mero acaso. A relação simbiótica entre os interesses dos cartéis, dos trustes e os dos bancos confluem em direção à monopolização.

Em suma, a perspectiva hilferdinguiana de imperialismo enquanto política do capital financeiro ressalta três peculiaridades centrais, cujo conjunto define o fim de um ciclo do capitalismo e o início de outro: 1) o desbaratamento das retóricas burguesas do livre-comércio e da livre-concorrência, na prática desbancada pelo desenvolvimento dos monopólios, que passaram a estratificar, entre si, o mercado; 2) o surgimento do capital financeiro, através da estreita integração entre o capital de financiamento – nas mãos dos bancos – e o industrial; 3) esse conjunto de fenômenos se dá numa etapa definida do capitalismo, marcada pela substituição de sua fase concorrencial (pautada na competitividade entre empresas de pequeno e médio porte) pela monopolista (domínio das grandes corporações nacionais e transnacionais).

Pode-se afirmar, sem risco de equívocos, que os aportes de Hilferding são contribuições essenciais ao entendimento do fenômeno imperialista, preenchendo uma lacuna até aquele momento em aberto, e se tornaram indispensáveis à leitura da atual etapa de desenvolvimento capitalista. Juntados num todo sistemático, as contribuições marxianas acerca da acumulação/concentração/centralização; os subsídios de Hobson referentes ao capital monopólico; mais a teoria de capital financeiro, de Hilferding, estão dadas as principais bases para a formulação do conceito leniniano de imperialismo. Bastava a Lênin sistematizá-las, resgatar seus aspectos sociais e políticos e aplicar tais conhecimentos em favor da luta revolucionária, que era o que se propunha ao publicar “Imperialismo, fase superior do capitalismo”.

### **Lênin e a “fase superior do capitalismo”**

A referência a Lênin, quando se fala da mais sistematizada compreensão teórico-analítica do imperialismo, é lugar comum, tendo ele inaugurado e sistematizado uma concepção desta categoria analítica que se tornou crucial ponto de partida para qualquer um que se aventure a entender o capitalismo em sua fase monopolista. Sua singular obra – insistentemente vista por ele como um ensaio popular – *O imperialismo...*, publicada em 1916, tornou-se não só referência obrigatória a quem se aventure pelo tema, mas

também a mais decisiva e conseqüente tentativa de compreensão do fenômeno imperialista tal qual concebido na modernidade, sendo a mais destacada contribuição nesse campo. Trata-se de uma arquitetura teórica derivada, em linha direta, da teoria marxiana da acumulação, marcada por uma análise econômico-social que vê no imperialismo não uma política – como o fizera Hobson e, posteriormente, Kautsky – mas um processo intrínseco ao sistema, uma etapa do capitalismo cuja origem teria se dado em torno do último quartel do século XIX. Esta obra representa uma profícua sistematização das preocupações evidenciadas naquela conjuntura de polêmicas discussões marcadas por análises condicionadas pelo calor da I Guerra Mundial, no seio da socialdemocracia de então, dividindo ao meio a Internacional Comunista.

O imperialismo concebido nos padrões da compreensão leniniana é, por definição, moderno, caracterizado pelas relações de produção capitalistas na fase de predomínio do capital financeiro, dos monopólios e de sobreposição da exportação de capitais sobre a de mercadorias, cuja ação levou à partilha do mundo entre as grandes potências capitalistas. Lênin (1986) distinguia a política colonial do capitalismo da fase anterior ao imperialismo moderno. Para ele, teria havido distintas formas de imperialismo, sendo o moderno caracteristicamente capitalista, não se tratando de apenas um dos problemas fundamentais no domínio da ciência econômica, mas da questão essencial na perspectiva das transformações contemporâneas. Em sua concepção, o capitalismo, enquanto sistema mundial rege as relações interpaíses de forma que a aproximação econômica entre si não é feita em cooperação, como faz crer o discurso burguês. Trata-se de relações nas quais predominam uma encarniçada luta entre Estados pela submissão de povos às condições coloniais e semicoloniais com o intuito à sua pilhagem. Em suma, para Lênin, o imperialismo constitui-se um estágio distinto do capitalismo, marcado por peculiaridades circunscritas ao tempo e espaço históricos por ele claramente definidos.

Para além da leitura hobsoniana, Lênin entende esta etapa como definida não só pela necessidade sistêmica de espaço de absorção do excesso de capital e supressão da escassez de oportunidade de investimento. Para ele, esses elementos eram coadjuvados por outros dentre os quais o impulso por controlar exclusivamente fontes de materiais-primários e mercados estrangeiros, condição da mundialização das relações típicas do capitalismo monopolista. Referendando-se, teoricamente, na literatura engelsmarxiana (de quem se apropriou do conceito de luta de classes e da teoria da reprodução do capital) e aplicando suas formulações ao processo de constituição, desenvolvimento e

declínio do capitalismo; absorvendo, criticamente<sup>2</sup>, parte das formulações de Hobson (principalmente seu conceito de monopólio); e, apropriando-se dos aportes de Hilferding (conceito de capital financeiro), Lênin teve como ponto de partida de suas análises os elementos constitutivos do modo de produção no contexto das sociedades de formação social capitalista naquele estágio de desenvolvimento, o que implica sob a crise capitalista dos últimos vinte anos do século XIX e os anseios imperialistas presentes na I Guerra Mundial. É nesse contexto histórico que se insere a obra intelectual – se é possível separá-la de sua prática política – de Lênin, para quem o imperialismo consiste num estágio distinto do capitalismo no qual domina o capital financeiro sobre todas as demais formas do capital.

Ao elaborar profunda análise científica do cerne político e econômico do imperialismo, Lênin chega à conclusão de que o processo produtivo – impulsionado pela tendência histórica do capitalismo à concentração –, por um lado acentuou seu desenvolvimento através dos avanços tecnológicos, levando a produção a atingir seu mais alto grau de socialização até então; por outro, a sua apropriação mantinha-se na forma privada e cada vez mais restrita a um diminuto grupo de capitalistas. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a condição de continuidade da expansão capitalista enquanto investimento lucrativo passou a ser a exportação de capitais, criando possibilidades para o domínio monopólico que, por sua vez, buscava eliminar a queima de capital característica da prática competitiva. A consolidação do capital monopólico acelerara o processo de concentração no interior da acumulação global, gerando um excedente de poupança em níveis que dificultavam a reprodução através do reinvestimento rentável tradicional do processo produtivo no âmbito da esfera nacional.

Esse processo expansionista, intrinsecamente ligado à fusão de capitais tivera, no capital financeiro, uma modalidade de monopólio, impulsionando a Europa à partilha do mundo ainda não colonizado, num expansionismo cuja consequência foi a apropriação de recursos naturais que acabou por levar ao aprofundamento de uma interdependência econômica. Em outras palavras, a produção de excedentes de capitais nos centros capitalistas, em sua fase monopólica, determinara o processo de acumulação através da exportação de capitais, o que significou, em última instância, a exportação da exploração da mais-valia.

---

<sup>2</sup> Tanto Hobson quanto Hilferding são constantemente citados no decorrer da obra aqui dissecada. No entanto, a absorção dos conceitos hobsonianos, por parte de Lênin, é feita de forma crítica, a exemplo da concepção subconsumista.

Destarte, a periferia sistêmica, em seu aspecto geoeconômico, atuou como receptora de – por sua característica escassez de – capitais externos, distinguindo-se enquanto área de concentração dos principais elementos de interesse da acumulação e constitutivos da produção capitalista: predomínio de relações pré-capitalistas, mão de obra e matérias-primas em abundância e desregulamentadas.

Nessa divisão internacional do trabalho, a periferia participa como mercado aonde se realiza – e se reproduz – a crescente acumulação do capitalismo do centro do sistema. Mas não só na periferia o fluxo de capitais reproduz a acumulação capitalista. Nos países centrais, onde tais relações se encontram desenvolvidas, novas formas de exploração e novas necessidades são criadas a partir dos ampliados investimentos ali despendidos. A diferença básica entre os investimentos na periferia e nos centros é que, naquela se dá, predominantemente, na esfera dos bens de consumo, enquanto nos centros eles se dão mais na esfera produtiva de bens de capital. Assim sendo, a exportação de capitais tem como *conditio sine qua non* o espraiamento das relações de produção capitalistas – garantia da reprodução do processo acumulativo – através dos lucros extraordinários advindos do retorno dos investimentos. O resultado desse processo foi a concomitante exportação das relações sociais típicas do capital em sua dinâmica de extração de mais-valia segundo os interesses dos monopólios, que se circunscrevem à ocupação de espaços geoeconômicos de escoamento do excedente de produção no âmbito da produção capitalista.

A partir dessas reflexões, Lênin sistematizou o conceito de imperialismo enquanto categoria econômica, partindo de cinco aspectos essenciais, característicos daquela fase: 1) Concentração elevada da produção e do capital; 2) Surgimento do monopólio como produto da acerba concentração; 3) Surgimento do capital financeiro como fruto do processo de fusão entre os capitais bancário e industrial, que fez surgir uma nova fração de classe burguesa: a oligarquia financeira; 4) Predomínio da exportação de capitais sobre a de mercadorias, como fruto da produção de excedentes; 5) Fim da partilha territorial do planeta entre os países centrais do capitalismo e início da divisão do mundo pelos portadores do capital monopolista (LÊNIN, 1986, pp. 641-642). Articulando este conjunto, Lênin conformou uma unidade analítica dos aspectos econômicos do imperialismo, definido como a fase monopolista do capital.

Uma releitura dos textos de Lênin convence-nos de que suas teses referentes ao imperialismo continuam passagens obrigatórias, apesar do tempo decorrido desde suas análises – e das mudanças sofridas pelo imperialismo na história. Elas, no que concerne

ao aspecto econômico do capitalismo, resistiram à prova do tempo e das mudanças de perfil do sistema durante todo o século XX e início do XXI.

### **Rosa Luxemburg: o papel da guerra e do imperialismo predatório**

Ao se apropriar de uma biografia da magnitude da de Rosa Luxemburg, marcada pela singularidade de uma vida literalmente entregue aos ideais revolucionários, é comum confundir suas construções teóricas com sua prática política, por terem uma característica peculiar de associar produção teórica e ação política. Em *A acumulação...*, Rosa entendia que o fim da expansão capitalista não estava na esfera econômica, mas na social e política, ou seja, na eliminação das esferas não capitalistas de produção, resultado da completa penetração das relações capitalistas no mercado mundial, entendimento que acabou por levar Rosa a cultivar dissonâncias com o austromarxismo tanto quanto com leninistas de seu tempo.

Mas, essas dissonâncias tinham suas raízes fincadas em discordâncias mais profundas no seio da concepção marxiana de reprodução. Para Rosa, a crise capitalista não estava ligada à incapacidade de absorção dos bens de consumo por parte dos trabalhadores (como o entendia Hobson), mas à falta de perspectiva de lucros melhores. Assim, aventava três possibilidades através das quais a aplicação de tal teoria poderia ser validada, ‘escapes’ que apontavam saídas para as crises capitalistas de subconsumo/superprodução. O primeiro deles dizia respeito à possibilidade de absorção da produção por sociedades pré-capitalistas que, por sua vez, negava o esquema marxista dos dois Departamentos; o segundo seria através dos gastos militares, principalmente com armamentos (financiados pelo Estado através de tributação ou empréstimos bancários de uso improdutivo), resolvendo, assim, o problema da realização; por último, o consumo de luxo como nova fonte de demanda total de bens de consumo.

Na lógica de sua análise, a desproporcionalidade entre produção e consumo era um importante ponto de partida para a análise marxista das crises, reforçando a teoria do subconsumo como possível saída para o problema da realização do mais-valor. Partindo do entendimento de que, nos modos de produção pré-capitalistas, a determinante do processo da reprodução é consumo da sociedade e que esse momento se dá na realização da mais-valia. Afirmava que a crise da economia capitalista – principal fator que levava à anexação de um número crescente de ambientes ainda não capitalistas à

esfera destas relações – estava diretamente vinculada a dificuldades na realização daquela. Daí concluir que as grandes corporações apelavam para o imperialismo como forma de realização da sua produção, fomentando mercados em sociedades nas quais as relações capitalistas ainda não haviam se desenvolvido. Em síntese, a acumulação capitalista estava efetivamente vinculada – no que toca aos elementos materiais – aos círculos de produção não capitalistas por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia. Mas, essa apropriação está longe de ser explicada pela forma material do mais-valor, pois, para “o emprego produtivo da mais-valia realizada é necessário que o capital disponha, cada vez mais, do globo terrestre todo a fim de ter uma oferta qualitativa e quantitativamente ilimitada no condizente aos respectivos meios de produção” (LUXEMBURG, 1984, p. 24). Procedimento semelhante ocorre em relação ao capital variável que, no processo de acumulação ampliada, tende a crescer. Mas, para que a acumulação se dê regularmente, o capitalista necessita de uma oferta cada vez maior de mão de obra que lhe garanta liberdade de movimento. Se tal necessidade não é satisfeita, o sistema necessita de novos “reservatórios sociais” dos quais afluem a força de trabalho que não se encontra sob o comando do capital, ou seja, sob regimes de trabalho em processo de decomposição dos países não capitalistas.

Diferentemente de Lênin, Rosa não dava muita importância ao problema da exportação de capitais. Para ela, a motivação desta atividade era a promoção da dominação nas áreas não capitalistas, tratando-se de um movimento inerente ao processo próprio de acumulação. Nesse sentido, a definição luxemburguiana de imperialismo constitui a “expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital”, pois o imperialismo é, paradoxalmente, tanto “um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência” (LUXEMBURG, 1984, p. 83).

### **Kautsky e o superimperialismo**

Apesar das contundentes críticas acerca do posicionamento teórico e político de Kautsky, é inegável sua condição de vulto emblemático da história do marxismo. Construtor de trajetória intelectual e política controversa, tendo sua história se

confundido com a história mesma da II Internacional (1889-1914) e do movimento operário mundial, tem sido reconhecido até mesmo por seus arquirríticos e detratores.

Ao analisar, mesmo que sucintamente, sua obra, vê-se que uma de suas principais características foi a pluralidade de temas e enfoques que abordou. No tocante à sua concepção de imperialismo – aspecto que nos interessa diretamente aqui – o artigo *O imperialismo e a guerra*<sup>3</sup> é nosso objeto de análise. Esta fonte mostra que as formulações kautskyanas acerca do tema não inovaram muito, exceto no que diz respeito ao *superimperialismo*<sup>4</sup>. Seguindo a mesma linha de raciocínio da socialdemocracia do século XIX, concebia o imperialismo como a política de expansão capitalista, substituidora do “livre comércio” do período colonial. Para Kautsky, no capitalismo, uma dupla relação envolve a indústria e a agricultura: suprimentos e mercado consumidor. Esta afinidade, sendo de suma importância para a continuidade do processo de acumulação, pode sofrer rupturas que, por sua vez, pode se manifestar de duas formas:

De um lado, se o mercado para os produtos da indústria nos distritos rurais não se ampliarem na mesma velocidade de sua produção, teremos a chamada super-produção. De outro, se a agricultura não der conta de produzir uma quantidade suficiente de matérias-primas e alimentos, então sofreremos um aumento do custo de vida. Qualquer um dos dois pode rapidamente levar ao outro. O aumento dos preços gera pânico, que é apenas um outro nome para super-produção, e o pânico leva à queda de preços (2008, p. 75).

Tal condição a que se submete o capitalismo leva sua esfera industrial a desprender um contínuo esforço para ampliar a sua região agrária como necessidade de sobrevivência. Ao exportar capitais, os centros capitalistas obtinham a lealdade das classes dominantes locais, facilitando a manutenção da subserviência regional ao projeto imperialista em escala internacional, criando um clima de dependência política nas regiões agrícolas. Assim, Kautsky concordava com seus pares quanto à inexorabilidade do imperialismo para a sobrevivência do capitalismo. As controvérsias, no entanto, diziam respeito, particularmente, a três pontos: a) ser o domínio dos territórios agrários a principal característica do imperialismo; b) negação dos conflitos interimperialistas enquanto *conditio sine qua non* do sistema capitalista; e c) negativa do

---

3 Intitulado, originalmente, *Der Imperialismus*, foi republicado pela *International Socialist Review*, em setembro de 1914, sob o título de *Imperialism and the War*. Esse artigo foi traduzido e publicado pela Revista História e Luta de Classes, em sua edição nº 06, de novembro de 2008, sob o título O imperialismo e a guerra.

4 A tese do superimperialismo foi defendida originalmente por Karl Kautsky, especialmente em artigo publicado no *Die Neue Zeit*, em 11 de setembro de 1914, quando a Primeira Guerra já havia sido deflagrada. Em 30 de abril de 1915, Kautsky ratificava sua teoria num artigo publicado no nº. 5 da revista, intitulado “Zwei Schriften zum Umlernen” (apud Lênin in: Bukhárin, 1984, p. 12).

imperialismo enquanto última fase do capitalismo – seguido a ele viria o superimperialismo, uma espécie de Santa Aliança entre imperialistas (KAUTSKY, 2008, p. 77).

Nessa lógica, concebia a guerra imperialista como uma anomalia capitalista típica do processo civilizatório próprio do sistema, e não algo ‘congenito’, podendo ser contornada no seio da própria ordem burguesa, tratando-se apenas de uma das consequências dos interesses conflitantes dos setores agrícolas parasitários e burgueses a eles vinculados. Numa posição oposta a Lênin e a Rosa Luxemburg, Kautsky resgatava Hobson em sua compreensão de imperialismo como uma das políticas possíveis do capital. Seu principal teorema e ponto de discórdia entre os marxistas seus contemporâneos, ao aventar possibilidades outras defendendo uma formulação cujos pressupostos continham juízos que negavam: a) o caráter distinto da etapa imperialista; b) a identidade entre o capitalismo contemporâneo e o imperialismo; c) a inexorabilidade da guerra imperialista sob o capitalismo, justificando que esta não era de interesse no espraiamento das relações capitalistas.

Ao antever probabilidades de existência de uma nova fase histórica no desenvolvimento do capitalismo, marcada por possíveis acordos entre grandes conglomerados pelo monopólio do mercado mundial, prenúncios de uma regulação pacífica das disputas pela partilha do mundo, constituindo uma espécie de associação internacional de imperialismos nacionais, combinando a exploração financeira conjunta do mundo, Kautsky rompia com uma linha lógica até então imperante no marxismo, provocando um contundente debate em meados da segunda década do século XX.

Para Lênin, Kautsky ressaltava, arbitrária e unilateralmente, apenas o caráter nacional do imperialismo, relacionando-o com o capital industrial e seu interesse na anexação das regiões agrárias. Resguardada a importância da questão nacional, o que distingue o imperialismo não é o capital industrial, mas o financeiro que, ao contrário da atenuação das contradições, acentua a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial (1986, pp. 644-647). Nesse sentido, Lênin acusava Kautsky de dar passos atrás à própria contribuição hobsoniana, que concebia a proeminência dos interesses financeiros sobre os comerciais (negando a essencialidade destes nos processos de anexação das regiões agrárias) e o caráter da rivalidade entre os imperialistas na expansão política do imperialismo.

Dito isto, e desta maneira, vê-se o quanto plural haviam se tornado as concepções marxistas de então e como esta multiplicidade detonara uma ruptura na pretensa unidade



de percepções marxistas, tendo todas essas divergências ericadas na II Internacional. Com esta trajetória, o pivô de tal dilaceramento entre marxistas, o *kautskismo*, deixou um legado herdado por parte da geração que pensou o imperialismo no pós-II Guerra, como foi o caso dos teóricos da Teoria da Dependência. Apesar dos percalços políticoideológicos de Kautsky e de sua obra, a história – em geral e particularmente do marxismo – não pode prescindir da importância desse convulsivo personagem, tanto para o socialismo quanto para o movimento operário mundial.

### **Bukhárin e o Estado imperialista**

Nikolai Ivanovich Bukhárin foi mais um personagem emblemático da história do movimento operário russo. Durante a sua vida política foi estigmatizado, recebendo nomeações que iam desde revolucionário até direitista, mas muito contribuiu na construção e sistematização da categoria analítica *imperialismo*, principalmente no que se refere a seu aspecto teóricopolítico – singularmente em relação ao Estado nesta fase. Para além das controvérsias, partindo das premissas marxianas de concentração/centralização, e dos pressupostos hilferdinguanos do capital financeiro – tal qual o fizera Lênin – Bukhárin acompanhava Hobson ao entender o monopólio como força motriz e a principal característica a definir o imperialismo – juntamente com o capital financeiro – sendo sua criação processo inseparável da internacionalização do capital. Numa acepção intermediária, original, estranha a Kautsky e não dedutível dos escritos de Lênin, Bukhárin dizia que, nos limites

das economias nacionais, a concorrência reduz-se ao mínimo, para avultar fora desses limites, em proporções fantásticas, desconhecidas em épocas anteriores. Sem dúvida, a concorrência entre as economias nacionais, isto é, entre suas classes dominantes, já existia antes. Tinha, entretanto, caráter inteiramente diverso, visto que era bem diferente a estrutura interna das economias nacionais (1984, p. 112).

Ao voltar a atenção para as mudanças no âmbito da concorrência no mercado mundial, ocorridas sob a hegemonia do capital financeiro, acusava este de ter subvertido a antiga lógica da liberdade concorrencial do *laissez faire*. Para ele, os preços baixos existentes quando a economia nacional exercitava-se a toque da concorrência entre as pequenas empresas, foram substituídos por altos preços sob o monopólio, quando a solidez da economia interna permitia aos capitalistas travarem sua luta por fatia ou

domínio no mercado mundial, de forma a consentir aos conglomerados fazer uso do *dumping* no mercado externo.

Com isso, Bukhárin chamava a atenção para a importância do papel do Estado, assim como para a sua singular funcionalidade sob o imperialismo. Para ele, havia se desenvolvido, concomitante ao adensamento do processo de concentração capitalista, uma notável interrelação entre Estado e economia que limitava a concorrência ao âmbito dos países capitalistas centrais, tendo como agentes as grandes corporações multinacionais, fruto da centralização de capitais e filhas da convergência de interesses burguesia/Estado. Em suma, sob o imperialismo, o Estado constituía-se uma instituição mundial única, subordinada ao capital financeiro, que encampava a luta concorrencial entre as grandes organizações capitalistas da economia planetária (BUKHÁRIN, 1984, pp. 112 e seguintes).

Se, nesse processo, o domínio do capital financeiro criara laços orgânicos entre seus possuidores e o Estado, em sua origem a internacionalização foi pautada numa crescente desarmonia entre a base da economia mundial e a estrutura de classe da sociedade. O resultado disso foi um paradoxal choque no seio da própria classe dirigente, dividida em grupos nacionais, cujos interesses econômicos discordantes contrapunham-se, acirrando a concorrência entre si pela partilha da mais-valia produzida em escala mundial. Isso indicava que as contradições estavam pautadas na esfera da própria classe proprietária. De tal modo, a divisão internacional do trabalho fazia da organização da produção nacional uma integrante do processo geral da produção mundial, protagonizado pelos distintos grupos burgueses “nacionais”, que intensificaram os antagonismos. Afirmava Bukhárin que

a expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, e aumenta os mercados e a esfera de investimento do capital. A política aduaneira permite esmagar a concorrência estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o aríete do ‘dumping’. Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo (1984, p. 98).

Sem sombra de dúvidas, a mais importante contribuição *bukhariniana* para a formulação do conceito de imperialismo circunscreve-se à esfera da política de Estado. Em 1926, Bukhárin já salientava que tal instituição, sob o imperialismo, deixava de ser apenas um elemento da superestrutura, tornando-se também, em ritmo acelerado, força econômica que se encadeava aos monopólios privados, não podendo ser reduzido a

mero fenômeno superestrutural, como parte dos marxistas entendiam. Para Bukhárin, o capital financeiro havia produzido profundas mudanças em parte das funções estatais, principalmente àquelas a ele ligadas. Raciocinando a partir da premissa hilferdinguiana de que o imperialismo é a política do capital financeiro, entendia como uma convergência, plausivelmente lógica, a relação Estado/capital, que se traduzia na proeminência do Estado frente à sociedade, ressaltando a tendência à militarização. Dizia Bukhárin que,

a capacidade de combate no mercado mundial depende da força e da coesão da nação, de seus recursos financeiros e militares. Uma unidade econômica e nacional que não baste a si mesmo e que estenda infinitamente sua força imensa até governar o mundo num império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro (1984, p. 99).

O que seria, nesse sentido, esta unidade de coesão, senão o Estado? Para Bukhárin, tratava-se de um capitalismo de Estado, já que o controle de sua direção dava-se a partir da base econômica, expressando uma nova relação a integrar o desenvolvimento econômico assimetricamente, de acordo com os interesses dos países mais centrais onde se localizavam os maiores capitais. Tratava-se de um contexto em que a característica principal era a atuação do Estado na administração dos instrumentos econômicos em benefício dos capitalistas, num processo em que a economia passa a ceder às decisões planejadas. Essa constatação levou Bukhárin a atribuir aos trustes um poder de Estado dentro do Estado, revelação, a um só tempo, da sua simbiose e grandiosidade que mantinha com o aparelho estatal. Para ele, o Estado sempre foi um parceiro das classes dominantes, mas nunca tão considerável como sob o predomínio do capital financeiro, que fizera emergir um novo modelo de capitalismo que se constituía na organização de um único truste capitalista estatal. Nesse processo, o Estado já não tinha as mesmas características da fase concorrencial do capitalismo, passando a representar não somente os interesses das classes dominantes, como também a sua vontade coletivamente determinada (BUKHÁRIN, 1984, pp. 115-121).

Através de sua parceria com o Estado, o capital monopólico fazia uso de expedientes que lhe permitiam competir na arena internacional, tais como: regulação de taxas aduaneiras, tarifas de transporte e preços de energia; controle do acesso a produtos primários e a mercados; corte de créditos, etc., numa relação na qual o governo passa a ser, de fato, “um “comitê” eleito pelos representantes das organizações patronais, bem como o mais alto diretor do truste capitalista nacional” (BUKHÁRIN, 1984, p. 121).

### **Considerações finais**

Retornar à literatura neoclássica da economia política marxista não constituiu, aqui, um esforço meramente erudito. Toda a atualidade do pensamento marxiano e marxista acerca do imperialismo impõe concordar com Borón quando afirma que, apesar dos limites da teorização clássica do imperialismo, não se pode entendê-lo, em sua versão século XXI, com leituras de Hilferding, Lênin, Bukhárin e Rosa Luxemburg, mas também não se pode compreendê-lo sem eles (2002, p. 12). Esses autores, em seus esforços por tornar compreensível a fase monopolista do capital, proporcionaram muito do que hoje se conhece sobre o funcionamento do sistema capitalista como um todo. Sem dúvidas, seria impossível dimensionar o fenômeno imperialista atual sem retomar essa herança teórica. As contribuições que esses autores legaram à construção da categoria imperialismo, pela profundidade de suas análises, respondem, ainda hoje, a questões fundamentais da atual sociedade burguesa, por mais ‘pós-modernidade’ que alguns nela deparem.

Um sucinto balanço dessas contribuições reporta às atuais formulações referentes ao tema central deste trabalho pela contribuição que deixaram à posteridade. Esta geração de pensadores, composta por agentes sociais muito maiores que simples intelectuais, homens e mulheres de seu tempo e de sua ação. Mais do que escolas de pensamento, conduziram movimentos políticos historicamente circunscritos à sociedade capitalista de finais do século XIX e das duas primeiras décadas do XX. Essa geração de formuladores da economia política contribuiu, de forma indispensável, para que hoje se possa ter uma visão mais clara da política do capital financeiro – o imperialismo – como forma de acumulação. Presente na ação das lutas sociais e políticas nas quais pautaram sua construção teórica e, sendo agentes daqueles processos, compreenderam de forma particular seu desenvolver, interferindo concretamente nas suas lutas intestinas. A ausência de alguns nos é sentida (destaque para Trotsky e Mariátegui), mas se explica pelas condições de abordagem de um tema tão amplo e complexo num artigo.

### **REFERÊNCIAS**

- BORÓN, Atílio. *Império e Imperialismo (uma leitura crítica de Michael Hardt e Antônio Negri)*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- BUKHÁRIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSON, John A. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. In: *Revista História e Lutas de Classes*, ano 4, Novembro de 2008.
- LÊNIN, V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3ª edição. **Obras Escolhidas**, Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica*. Vol. I e II (Seções I, II e III). Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.